



Em busca de Projetos: um estudo sobre mediadores sociais

Looking for Projects: a study about social mediators

Bárbara Duarte de Souza, Universidade Federal do Maranhão, barbaraduarte_souza@hotmail.com; Sônia Barbosa Magalhães, Universidade Federal do Pará, smag@ufpa.br

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre os mediadores sociais de São José de Icatu, um agrupamento negro, rural, localizado na microrregião do Baixo Tocantins, Pará. Aqui, os mediadores sociais são entendidos enquanto indivíduos que ocupam uma posição de centralidade na interface das redes sociais que participam, como representantes de produtores rurais quilombolas. A partir desta compreensão, este artigo busca explorar a transversalidade do alcance de políticas de desenvolvimento, traduzida por busca por *melhoria* econômica e social através de *projetos*, no contexto do associativismo amazônico. A discussão de esferas de mediação permite identificar diferentes canais de captação de recursos e dois tipos de mediadores gerados a partir de trajetórias e situações socioeconômicas distintas.

Palavras-chave

mediadores sociais, comunidades rurais, desenvolvimento.

Abstract

This article shows the results of a research about the social mediators of São José de Icatu, a black rural group located in the micro-region of Baixo Tocantins, Pará. Here, social mediators are understood as individuals that occupy a position of centrality in the interface of the social network that act as representant of *quilombolas* rural producers. From this understanding, this article seeks to explore the development policies, in the search for economic and social *melhoria* (improvement) through *projetos* (projects), in the context of Amazonian associations. The discussion of mediations spheres allows identify different fundraising channels and two types of mediators generated from different paths and socioeconomic situations.

Keywords

social mediators, rural communities, development.

Introdução¹

A mediação social é constitutiva das organizações sociais camponesas (WOLF, 1970) ou das relações sociais entre sociedades diversas. No Brasil, e especialmente na Amazônia, ganha relevo como tema de estudo a partir dos anos 2000. Inicialmente, subjacente aos estudos sobre associações rurais e sua proliferação (GOMES *et al.*, 2010) e depois como formulação teórica importante para se entender as práticas dos agentes vinculadas às políticas públicas voltadas para o chamado desenvolvimento rural (NEVES, 2008; DEPONTI; ALMEIDA, 2008).

No entanto, os estudos sobre mediadores sociais podem ser remontados à antropologia social inglesa, em especial aos trabalhos de Lucy Mair (1968) sobre mudança social. Mais tarde, Norman Long (1989), da Escola de Manchester, chama a atenção para a noção de interface entre populações locais e instituições locais, analisando as lógicas sociais da prática do desenvolvimento. Na França, destacam-se os estudos de Georges Balandier sobre as relações de poder na situação colonial e, posteriormente, os estudos liderados por Sardan (SARDAN; BIERSCHEK, 1993; SARDAN, 1995), centrados nas políticas de desenvolvimento em países africanos.

Numa formulação geral, estes estudos partem do pressuposto de que se estabelece uma relação geralmente assimétrica entre as sociedades e que os mediadores atuam como portadores das ideias, dos valores e dos *projetos* de mudança social da sociedade envolvente. Ainda que se reconheça a interação que se estabelece entre as duas sociedades e a existência de vínculos a partir da relação de troca entre ambas (ROS, 2002), o estudo sobre mediadores sociais evidencia a complexidade das circunstâncias de manifestação destes indivíduos, o que chama a atenção para a existência de múltiplas estratégias e lógicas sociais e culturais dos agentes em nível local em face das ações de desenvolvimento social (BIERSCHENK; CHAUVEAU; SARDAN, 2000).

Neste texto propomos uma reflexão sobre as relações de mediação estabelecidas na Comunidade Quilombola São José de Icatu², localizada no município de Mocajuba, no Estado do Pará, analisando a busca por *projetos* empreendida por lideranças que atuam em diferentes esferas de mediação, ou seja, analisando as relações que estabelecem para o acesso às políticas públicas. Essa análise baseou-se em trabalho de campo realizado durante três períodos, totalizando aproximadamente vinte dias, dois deles realizados em equipe, no âmbito do Curso de especialização em *Extensão rural, sistemas agrários e ações de desenvolvimento* da Universidade Federal do Pará / Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Foram realizadas entrevistas, observação com registro em diário de campo, reuniões com integrantes e não integrantes da Associação, e técnicas de coleta de informação para diagnóstico participativo.

1 O presente texto é originário de trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Extensão rural, sistemas agrários e ações de desenvolvimento, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, realizado com apoio do PROEXT – MEC/SESu. Uma primeira versão foi apresentada com o título “Sobre comunidades rurais e projetos. Uma análise da constituição de estratégias e mediações na comunidade quilombola São José do Icatu, Pará”. In: Anais da IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. 04 a 07 de agosto de 2013, Fortaleza - CE. Disponível em: <http://docplayer.com.br/40376991-Grupo-de-trabalho-08-campesinato-e-projecoes-sociopoliticas-mudancas-de-expectativas-e-construcao-de-territorialidades-tuteladas.html>

2 Nesta região do baixo Tocantins, a presença negra é inquestionável. Em 1999, havia no vale do Tocantins 73 comunidades negras, a área de maior densidade demográfica identificada no Estado, cf. Marin e Castro (1999).

A localidade é composta majoritariamente por agricultores que cultivam mandioca, arroz e milho consorciados, além de outras espécies como o açaí, cacau, cupuaçu e demais frutas e legumes. A renda obtida com a lavoura geralmente não é expressiva, de modo que a grande maioria das famílias também depende de benefícios como o Bolsa Família, além de usufruírem de recursos do Seguro Defeso e Auxílio Maternidade, quando é o caso.

Desde a criação da Associação em Icatu, em 1992, destacam-se indivíduos responsáveis pela sua *movimentação* em exercícios que almejam um *avanço*. São notáveis os esforços para conquistas neste sentido, já que a própria criação da Associação está intimamente ligada à busca por políticas públicas e programas sociais. *Projeto* é uma categoria nativa, empregada usualmente pelos líderes, para designar ideias sistematizadas por meio de ações que visam, sobretudo, à *melhoria* da condição financeira das famílias e da qualidade de vida destas. Designa tanto o planejamento como a execução de atividades econômicas, sociais e culturais que se utilizam de recursos materiais e simbólicos disponibilizados pelo Estado ou por organizações não governamentais.

A busca e a conquista destes *projetos* dependem de redes de relações nas quais os mediadores de Icatu conseguem operar, e que demonstram ligações com múltiplos agentes públicos de desenvolvimento. A rede de políticas públicas é alcançada não apenas por meio do presidente da Associação, mas por outros líderes que despontam na comunidade pelo comportamento proativo e por outros indivíduos, nascidos em Icatu, e com formação profissional e inserção social e política na sociedade envolvente, que realizam uma espécie de mediação especializada.

Para entender os caminhos e os agentes que buscam os *projetos* optou-se pela utilização do conceito de mediadores sociais, em especial de um tipo de mediador, aquele que conduz ou se interpõe na implantação de *projetos* em sua comunidade. Segundo Olivier de Sardan *et al* (2000), estes mediadores são, no contexto das políticas de desenvolvimento social africanas, os operadores dos benefícios adquiridos, são os titulares do projeto social local, os que deveriam representar a população local, expressando suas “necessidades” frente às estruturas de apoio e financiamento externo. Além de outros atributos, os mediadores africanos se destacam pela capacidade de negociação com outros operadores, por um ativismo desenvolvimentista, pela integração em redes pessoais, e ainda pela apropriação da linguagem das instituições de desenvolvimento, que lhes permitem se adaptar aos novos “modos” de desenvolvimento. Em Icatu foi possível perceber uma articulação entre mediadores internos e externos que transitam por uma ampla rede de relações em nível municipal e estadual e que mobilizam políticas públicas, mas também contratos e dádivas.

São José de Icatu: Aspectos introdutórios

São José de Icatu é uma área que corresponde a 2.000 ha³, localizada no município de Mocajuba (estado do Pará), onde vivem 72 famílias, todas com algum grau de parentesco entre si⁴. Segundo a classificação utilizada pelo professor e ex-presidente da Associação, o Sr. Inácio, que lança mão dos termos do próprio IBGE, em 2013 havia 180 negros, 97 pardos e

3 Na demarcação feita pelo ITERPA, não foi incluída a área das ilhas que fica do outro lado da margem do rio Icatu, em frente à vila principal onde se encontra a maioria das famílias. Na ocasião da entrevista, aguardava-se o retorno do ITERPA para incluir a área, que atualmente corresponde oficialmente a 1360 hectares.

4 O acesso a Icatu acontece por via terrestre e fluvial. Terrestre, através de vicinal com 5 km de extensão, com a entrada no quilômetro 198 da rodovia estadual PA-151, no trecho entre a cidade de Mocajuba e a cidade de Baião; e por via fluvial através do rio Tocantins com entrada pelo rio Tauaré, para acesso ao rio de Icatu.

33 brancos, totalizando 310 pessoas na comunidade. A área é dividida em pequenas frações e geralmente cada família possui sua própria área ou usufrui de terrenos herdados ou adquiridos com o casamento. As divisões existentes permanecem como eram antes da titulação coletiva obtida em 2003, de modo que a distribuição de terras não é exatamente igual para todos.

A área que concentra mais pessoas corresponde ao espaço da vila de casas iguais e contíguas que foram entregues em 2012, fruto de um programa do governo federal[5]. Esta fica próxima da igreja de São José construída em 1976, da única escola da comunidade, construída em 1966, e de um pequeno comércio, o único do local. No lugar também existe um espaço de lazer de propriedade familiar, um barracão, uma pequena padaria e uma igreja da Assembleia de Deus construída em 1980 e que reúne cerca de dez a doze pessoas nos cultos realizados às quintas-feiras.

Segundo Inácio, em escrituras de terra obtidas principalmente com moradores da região das ilhas, a formação do agrupamento remonta ao ano de 1895. Outros registros orais coletados pelo próprio professor e reconstituições genealógicas atestam a existência do agrupamento para o mesmo século. Nestes registros, os habitantes de Icatu descendem de escravos fugidos de áreas próximas, como de Abaetetuba e Igarapé-Miri, onde existia a atividade canaveira[6]. Conta-se que os primeiros negros tiveram contato com uma população indígena que habitava no local e hoje ainda há casamentos entre descendentes de indígenas e negros.

Outro aspecto notável da comunidade é a influência da igreja católica. Antes de ser criada a Associação, o agrupamento de Icatu já formava uma comunidade eclesial de base (CEB), criada em 1969, com o nome de Comunidade Cristã da Igreja Católica. O santo padroeiro é São José, e a única igreja do lugar leva o seu nome.

Atualmente, apesar das comemorações do ano novo e do dia de Santo Rei, ou, Dia de Reis, as atividades sociais intensificam-se no mês de março ou abril, com a programação da semana santa, mas principalmente com a comemoração do dia do padroeiro, em 19 de março, momento que envolve toda a comunidade de católicos. O mês de julho apresenta a agenda repleta de festejos, e representa também uma ocasião importante para o incremento da renda das famílias, aproveita-se o momento para a venda de comidas tendo como matérias-primas os produtos da própria comunidade, como no caso do Festival dos derivados da mandioca e da macaxeira. Estes eventos representam importantes períodos de interação com pessoas de outros lugares.

No mês de setembro, observa-se um avivamento das celebrações, com outra festa dedicada a São José que também reúne visitantes de outros lugares, com vínculos com a comunidade, como os de parentesco, geralmente da sede do próprio município de Mocajuba;, de Belém, Baião e Tucuruí. Como a mandioca é colhida durante todo ano, também neste mês há a comercialização de seus derivados. No mês de dezembro outro evento envolve a comunidade: a comemoração da data de fundação da Associação, acompanhado da venda de comidas, já que recebem a visita de outras pessoas, inclusive de políticos.

As práticas relatadas, ainda que verificadas pontualmente devido ao curto período de trabalho de campo, podem representar uma diversidade de formas inventadas e reinventadas para enfrentar a realidade geográfica e climática da região. Os aprendizados historicamente adquiridos, os conhecimentos acumulados sobre manejo, como a complementaridade de atividades agrícolas e extrativistas, a forma de utilizar a terra, a lógica da agricultura e outros, constituem potenciais para a manutenção da organização socioambiental e se coadunam com os modos de conceber e utilizar as possibilidades do meio ambiente. Mas este referencial tem

5 Este fato será tratado posteriormente de maneira pormenorizada.

6 Em 1848, Cametá ocupava o 2º lugar no contingente de escravos no Estado(MARIN E CASTRO, 1999).

sido confrontado com lógicas diferentes que se verificam a partir da década de 90, com a criação da Associação.

No momento da elaboração da “Árvore dos problemas”, uma das técnicas utilizadas no diagnóstico participativo proposta pelo curso de especialização, os moradores presentes indicaram um panorama bastante esclarecedor da situação local⁷. As principais preocupações (comuns a todos os participantes da reunião) além de muitas outras citadas se referem à escassez de recursos financeiros e à dependência de atravessador para a comercialização dos produtos, o que limita o potencial produtivo da comunidade⁸. Disto decorre, segundo eles, a falta de autonomia para definir preços, bem como a perda de estímulo pelo trabalho e pela participação nos processos decisórios.

Como causas para os problemas citados, os participantes indicaram inúmeras “faltas”, como a de educação financeira para a utilização de recursos disponíveis para a agricultura familiar, de emprego e renda, de cooperativa, de consciência ambiental, bem como o assédio de empresas, a fome, doenças e o desinteresse pelo estudo por parte das novas gerações. De modo mais amplo, esta situação está relacionada às conjunturas atual e passada nas quais a comunidade está inserida. Neste sentido, não só os fatores naturais determinam as práticas, as escolhas e as condições de plantio. As variáveis humanas, como a deficiência de mão de obra e o desinteresse de uma parcela significativa das gerações mais novas pela reprodução das atividades desenvolvidas pelos pais e avós concorrem para a potencialização dos problemas relatados.

No primeiro período de campo havia a campanha eleitoral dos candidatos à prefeitura e à câmara municipal, e na ocasião da visita do então prefeito de Mocajuba à vila, no dia 03 de outubro, a agente de saúde do local contou ter pedido maquinário e transporte público para facilitar a comercialização dos produtos. As falas coletadas revelaram, naquela situação, que a principal demanda da comunidade consiste em desenvolver a produção, tendo garantidos a *melhoria* do cultivo em si e a comercialização dos produtos. Atualmente a comunidade conta com apenas um barco comunitário para transportar os produtos à cidade, onde o acesso é feito por automóveis particulares para os poucos que os possuem, ou pelo ônibus escolar que faz o percurso três vezes por dia.

A criação da Associação em Icatu e os projetos de melhoria

No caso dos países africanos estudados por Bierschenk *et al.* (2000), o surgimento dos mediadores reflete uma recomposição estrutural das relações entre Estado e “sociedade civil” no contexto da crise do Estado e das novas modalidades de ajuda internacional, que produzem configurações descentralizadas de poder, “en conférant aux associations et aux organisations supra-locales des ressources et des capacités de négociation inédites dans le champ politique local e national” (2000, p. 13). Em Icatu, o aparecimento de representação formal inicia-se com a criação da Associação, que se insere no contexto de fomento dos governos à criação de associações, como condição para acesso às políticas de desenvolvimento (GOMES *et al.*, 2010).

7 No momento estavam presentes participantes ativos da Associação, mas também outros que não exercem atividades no interior da Associação.

8 Além desses problemas, outros apontados foram o desmatamento, a eliminação do pescado pelo uso da flecha, a poluição do rio pela casca da mandioca despejada, a doença nas plantas (principalmente na laranjeira), a extinção da caça e a dificuldade de aprendizado das crianças.

No caso amazônico, o panorama macroeconômico de sua emergência corresponde ao fenômeno da mundialização, que prevê a necessidade de expansão de grandes conglomerados. A Associação surge então como uma alternativa defensiva a esta homogeneização progressiva, que tende a desregular os mercados nacionais e neste contexto:

“as práticas sociais se organizam com relativa autonomia diante das determinações macroestruturais e dos obstáculos situacionais, porque as relações sociais diretas e indiretas, próximas e distantes, são vistas como possíveis fontes de recursos – materiais, sociais, políticos, culturais ou simbólicos” (GOMES et al, 2010, p. 19).

Segundo estes autores, de modo geral e na Amazônia em particular, as associações entre grupos camponeses são marcadas pela influência estatal, pois se organizam, sobretudo para aceder a políticas públicas de crédito. Tais políticas têm definido as regras e os objetivos de muitas associações, de modo que a ação coletiva não institucional, relativa à sociabilidade primária, acaba sendo subordinada ao Estado. Neste sentido, várias são as problemáticas resultantes da artificialidade da associação, algumas verificadas na presente pesquisa, como demonstramos adiante.

A criação da Associação em 13 de dezembro de 1992 marca um momento em que Icatu começa a adquirir condições formais para se desenvolver economicamente, pelo acesso às formas de economia alternativas oferecidas pelo Estado. Não obstante as divergências de opinião, ela é vista com bons olhos pelas perspectivas alimentadas pelos moradores de Icatu, pois muitas são as demandas que podem ser contempladas pelo viés da organização formal. No entanto, ela não agrega a maioria dos moradores, estando praticamente circunscrita a um subconjunto de duas famílias locais (Figura 1).

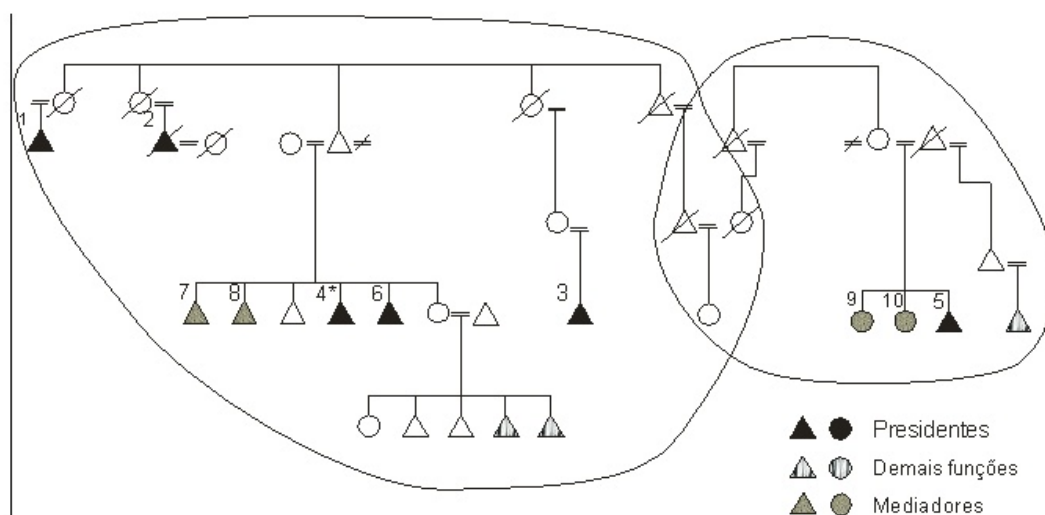


Figura 1: Diagrama de parentesco da diretoria da Associação e dos mediadores

É importante notar que a Associação é muito anterior ao reconhecimento de São José de Icatu como terra remanescente de quilombos. De tal modo que os moradores atribuem este episódio a um período da Associação, conquistado por mediadores específicos. Exemplo disso é a aquisição das casas de alvenaria, vinculada à política de reconhecimento da condição quilombola, que para alguns é percebida como uma conquista da Associação.

O processo de reconhecimento foi iniciado em 2000, e no dia 30 de novembro de 2003 o título foi expedido⁹. Na ocasião, foram feitas diversas reuniões com o objetivo de informar a população local sobre o processo de reconhecimento e o seu significado. Não há relatos de resistências e todos concordaram inclusive com a emissão de um título coletivo de terra, o ponto crítico enfrentado pela maioria das comunidades quilombolas no processo de reconhecimento desta condição. É importante notar que o recebimento do título não provocou mudanças nas regras de circulação dos imóveis, pois neste tipo de transação é a própria Associação responsável pela intermediação, com a emissão de documentos que garantem o reconhecimento interno de propriedades individuais.

Mas os relatos sobre o período que antecedeu a criação da Associação também indicam líderes e suas articulações político-partidárias que reverberavam, ainda que de forma distinta, na vida dos demais. Antes do grupo responsável por fundar a Associação, alguns moradores já haviam ensaiado iniciativas de caráter reivindicatório, como o de um líder religioso e sindical, e responsável pela realização dos cultos no período em que Icatu era ainda uma comunidade eclesial de base. Este morador passou a ter atividade política no Partido dos Trabalhadores, que era intimamente ligado à Igreja naquela região.

Outro mediador importante era natural de outra comunidade quilombola, na época comerciante e vereador do município na década de 60, eleito principalmente pelas comunidades negras da região. Segundo informações de um mediador atual, a diferença entre os mediadores que antecederam a Associação daqueles que participaram dela é que os primeiros não compartilhavam com os demais os assuntos que debatiam, não implantaram *nada* na comunidade e mantiveram apenas uma influência ideológica, construída sobretudo durante as atividades religiosas.

A criação da Associação foi impulsionada principalmente para que conseguissem aceder aos programas de crédito oferecido à época pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o FNO-Especial¹⁰. Na ocasião, os moradores pleiteavam o cultivo de pimenta do reino, mas o programa não previa o investimento em tal cultura e os recursos foram investidos no cultivo de coco. O processo de financiamento começou em 1994, mas a aquisição das mudas aconteceu em 1995, no município de Baião, de um vendedor particular que posteriormente quis comprar o coco produzido e não o fez porque não gostou da qualidade do produto, que seria revendido para uma empresa de sabão. O projeto era direcionado às famílias que possuísem no mínimo três hectares para o plantio, mas aquelas que não possuíam o tamanho de terra requerido acabaram se juntando a outras até formarem o tamanho desejado para o cultivo da espécie.

9 Na mesma data foi criado oficialmente o grupo folclórico “Os seguidores de Zumbi”. Na época uma equipe do Curro Velho (instituição estadual de cultura) também compareceu ao local para promover uma oficina de arte com elementos afro-brasileiros. A sua conquista foi viabilizada pelo “Programa Raízes”, do governo do Estado do Pará, decreto n° 4.054, de 11 de maio de 2000. É importante notar que o Pará foi o primeiro Estado a criar uma norma para regulamentar o Artigo 68 da Constituição Federal, o Decreto 663, de 20 de fevereiro de 1992, assinado pelo então governado Jader Barbalho, que sanciona a criação do ITERPA.

10 Essa linha de crédito diferenciada para agricultores familiares surgiu a partir de intensas mobilizações sociais encabeçadas pelo movimento sindical no Pará. (ARIMA, 2000).

Importante notar que ocorre em Icatu um processo de apropriação das representações construídas pelos técnicos agrícolas e pela lógica da modernização. Como expôs Delma Pessanha (1987), a modernização implica em domesticação, em civilização, e o que se vê em Icatu não é a negação de *projetos* civilizatórios, já que a conquista de *projetos* de desenvolvimento é vista como resultado positivo deste processo.

Sendo assim, o que acontece é a utilização de códigos dos *projetos* desenvolvimentistas por parte dos moradores, que valorizam os recursos materiais e simbólicos disponibilizados pelo Estado, como quando requerem máquinas mesmo reconhecendo as dificuldades na gestão de recursos do tipo, ou quando falam em desenvolvimento ou desejam a reprodução da comunidade e, paradoxalmente, também almejam que os filhos estudem, para que não tenham a *vida penosa* que eles tiveram.

Fato semelhante foi explorado por Magalhães (2002a; 2002b), quando estuda a Associação do Loteamento Rural Rio Moju, formada no contexto de luta camponesa contra a expropriação provocada pela construção da hidrelétrica de Tucuruí. Naquele caso, a palavra *melhoria* diz respeito ao desempenho social nos embates em torno da propriedade reivindicada e das próprias relações na rede em que estavam inseridos os grupos familiares. A *melhoria* foi o eixo utilizado para desvendar as lógicas de ação verificadas, inscritas nos deslocamentos e nas estratégias familiares e, de modo próximo, a busca por *melhoria* em Icatu, através de iniciativas apoiadas por *projetos* (que dependem das disposições do Estado em relação às comunidades rurais e negras), configura o objetivo principal da Associação.

Com a ampla rede de parcerias e assessorias, o processo desenvolvimentista tem sido tentado de diversas maneiras, com foco principalmente no trabalho rural. Neste sentido, as alternativas que tentaram ser implantadas em Icatu, bem como outras que ainda estão sendo elaboradas, se configuram como alternativas à economia local, às formas vigentes de organização da produção, do consumo e da distribuição dos bens. As experiências com as alternativas econômicas serviriam para cobrir campos e escalas que a economia local não alcança, ainda que tenham tido várias experiências que não deram certo.

Neste sentido, tomando o conceito de “mediadores sociais” trabalhado por Neves (2008), compreende-se que as relações que a Associação evoca exprimem universos de campos segmentados e “atravessados por múltiplas desigualdades, por diversos domínios de saber e de apropriação de regras e recursos, modos de procedimentos provocadores de diferenciação e de injustiças sociais”. Como expõe a autora (NEVES, 1987), o processo de mediação ancora-se na consideração de saberes êmicos em suas trocas com instituições difusoras de uma produção técnica, especializada ou científica.

Com os aportes de Bourdieu (1996) percebemos a possibilidade de compreender a dinâmica das tendências estruturantes na forma de ações distintas, pelo arbítrio na validação ou não de uma produção simbólica, que o autor remete às condições sociais, econômicas e políticas do campo. No primeiro capítulo da obra denominada “Razões práticas”, o autor oferece uma breve mas significativa introdução de sua obra “A Distinção”, onde enuncia os princípios de uma leitura relacional, estrutural e também geracional da produção de distinções entre os agentes nos espaços social e simbólico. Para que o diferente seja distinto é preciso que ganhe um significado, ou seja, que seja percebido, que haja uma classificação “socialmente *pertinente*, percebida por alguém capaz de *estabelecer a diferença*” (*id.*, p.23).

Sendo assim, o tipo de mediação que impõe o próprio saber técnico desqualifica as expressões de seu público alvo, e provoca a contradição bastante conhecida dos estudos de desenvolvimento rural, pois não são as práticas locais que estão sendo desenvolvidas, mas uma técnica exógena é que está sendo aplicada. Neste processo, verificam-se prerrogativas que vão desde o discurso de integração tecnificada, até o campo oposto, que supõe que os quilombolas carregam uma cultura sustentável em sua bagagem cultural.

Os mediadores sociais de Icatu

Além da mediação sociotécnica, entre o saber fazer dos agricultores e os padrões das instituições que produzem o saber técnico, sabe-se que a ligação social na comunidade reflete as características de uma sociabilidade primária, e que ocorre um tipo de mediação personalizada que constitui a dominação ou a estrutura de poder manifestadas na experiência associativa. Sendo assim, alguns nomes despontam na comunidade como lideranças encarregadas, formal ou espontaneamente, na promoção do *avanço* socioeconômico do lugar.

Os presidentes da Associação são, assim, os mediadores formais entre a comunidade e as redes que os vinculam às políticas públicas, mas outros indivíduos assumem posição de mediação na comunidade na busca pelos benefícios que julgam pertinentes, mesmo quando não encontram eco, como no caso das iniciativas de recomposição cultural, que serão discutidas mais adiante. Outro tipo igualmente importante de mediador são as pessoas nascidas na comunidade e que possuem conhecimentos especializados ou que desfrutam de posição política favorável para o encaminhamento das propostas. São pessoas que não vivem mais o cotidiano da localidade e que são diferenciadas pelo fato de corresponderem a centros de decisão também diferenciados. Não excluimos a possibilidade de existirem outras pessoas com atributos semelhantes a este tipo de mediador, mas aqueles incluídos na presente pesquisa têm representação inequívoca na comunidade, com a qual mantêm relações de parentesco e contato permanente.

Atualmente, este grupo (de mediadores formais e não formais e que estão dentro ou fora da comunidade) é composto por sete indivíduos, que integram basicamente duas grandes famílias, como demonstra o diagrama representado na Figura 1.

Conforme pode ser observado, a família com o maior número de integrantes que já exerceram ou exercem alguma função na Associação também é aquela à qual pertenceram os fundadores da referida organização, o que indica se tratar de um grupo familiar com uma tradição em representação política, e que também é uma das famílias mais antigas da região. O número quatro indicado no diagrama de parentesco representa o professor da comunidade, secretário da Associação nos três mandatos anteriores ao seu (1992 – 2002) e eleito presidente em 2002, quando ficou por quase o dobro do tempo previsto, até 2009. Segundo alguns entrevistados, não houve quem quisesse substituí-lo, reconhecido como bom presidente, que no período fez a reforma do estatuto, adequando-o a partir do novo código civil de 2002, e conseguiu outras ações importantes, como será discutido posteriormente.

Os representantes desta família possuem suporte familiar em Mocajuba e Belém, especializado ou não, além de gozarem de relativo conforto financeiro, o que lhes permite maiores possibilidades de agência. Apesar destes mediadores se declararem “assessores” da comunidade em geral, a solidariedade é mais fortemente mantida pelos laços de parentesco. O atual presidente (Figura 1, n. 6), por exemplo, que aparenta possuir a menor renda em relação aos irmãos, tem familiares em Mocajuba e Belém que lhe oferecem um bom suporte para os trabalhos muitas vezes extenuantes que o cargo exige fora da comunidade, diferentemente do ex-presidente da outra família.

Sendo assim, conclui-se que em Icatu pode-se perceber que há pelo menos dois tipos distintos de mediadores: um constituído daqueles que habitam e atuam fora da comunidade; outro constituído basicamente pelas pessoas que habitam na comunidade e vêm compondo a diretoria da Associação ao longo do tempo.

Mediadores: esboço de trajetórias

Os mediadores que atuam fora da comunidade dispõem de algum conhecimento especializado, exercem funções públicas e têm curso superior:

• **Odilon** (Figura 1, n. 7): Tem aproximadamente 58 anos de idade, é advogado e atual presidente da Comissão de Defesa da Igualdade Racial da OAB-PA. Trata-se de um integrante da família com tradição em representação social na comunidade, irmão do atual presidente (Figura 1, n. 6). O Sr. Odilon obteve o título de bacharel em direito em Belém onde contou com o apoio do próprio Teodomiro (Figura 1, n.1), primeiro presidente da Associação. Foi fundador do CEDENPA¹¹ em 1980, esteve como superintendente Regional do Trabalho em Belém de 2004 a 2007. O período coincide com a criação da SEPPIR (Secretaria Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), em 2003, instituição da qual foi o primeiro coordenador no Pará, por quatro meses;

• **Jonas** (Figura 1, n. 8): Tem em torno de 40 anos. Mudou-se para Mocajuba em 1987 onde deu prosseguimento aos estudos e iniciou um curso de pedagogia em Cametá que não chegou a concluir. Atualmente possui um cargo na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer do município de Mocajuba. Foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Mocajuba de 1996 a 2006. Em 2000 foi coordenador regional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI); e em 2012, Secretário de Agricultura e do Meio Ambiente do município.

Além destes, outras duas pessoas que fazem parte desta família moram em outros municípios e também possuem atributos diferenciados. Um deles é o irmão mais novo que mora em Belém, para onde foi ainda jovem sob os cuidados dos irmãos mais velhos que lá já moravam. Atualmente é professor do ensino médio e servidor do Ministério Público do Trabalho. Não se obteve nenhuma referência acerca de sua participação nas atividades em Icatu, o que não exclui a possibilidade de manter outros meios de atuação. Outra pessoa é o atual prefeito do município de Baião, um primo distante deste grupo de irmãos, considerado como um deles, talvez pelas circunstâncias das lutas em prol das comunidades negras, ou mesmo pela proximidade das relações consanguíneas.

Os mediadores que vivem e atuam no interior da comunidade são o presidente, os ex-presidentes e o professor. À exceção de um, todos são membros da mesma família e têm em suas trajetórias um período de residência fora de Icatu.

• **1992-1996 Teodomiro** (Figura 1, n.1): Viveu a juventude e boa parte da vida adulta na capital do estado. Foi um dos primeiros nascidos em Icatu a tentar a vida na capital, onde trabalhou na fábrica de guaraná Globo e posteriormente no DETRAN. Em meados da década de 70 já usufruía de boa condição econômica, tendo adquirido dois veículos e estabelecimentos comerciais. No início da década de 80, Teodomiro retorna a Icatu onde pretendia trabalhar em uma serraria. Após o seu mandato como presidente, teve que voltar a Belém para tratamentos médicos. Tem aproximadamente 80 anos, e devido às atuais condições de saúde, não foi possível entrevistá-lo.

¹¹ Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará. Entidade sem fins lucrativos fundada em 10 de agosto de 1980 no Pará, que visa a estimular a mobilização da população negra na luta pela aquisição de cidadania plena.

• **1996-1998 Olegário** (Figura 1, n.2): Primo do primeiro presidente, faleceu no final do mandato, com aproximadamente 65 anos. Mudou-se para Mocajuba onde aprendeu o ofício de alfaiate, estudou pouco, retornou a Icatu onde manteve a mesma atividade. Pleiteava muitos benefícios para a comunidade junto à prefeitura do município, tendo conseguido a implantação do posto de saúde (era casado com a enfermeira da localidade), reparos e construção de pontes. Participou ativamente da criação da Associação juntamente com a sua esposa, mas precisou se afastar no último ano do seu mandato por motivos de saúde, quando foi substituído pela então vice-presidente, agente de saúde da comunidade, a Sra. Isabel (Figura 1, n. 10).

• **1998-2002 Sebastião** (Figura 1, n.3): Primo de Teodomiro e Olegário, tem aproximadamente 42 anos. Estudou em Mocajuba onde conseguiu concluir o curso médio, e em Icatu era bastante envolvido nas decisões da Associação, tendo exercido outras funções na diretoria antes de ser eleito presidente da Associação. Atualmente trabalha na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), reside em Mocajuba e já não tem a mesma participação nas atividades da Associação.

• **2002-2009 Inácio** (Figura 1, n.4): É o professor da comunidade, tem 45 anos e é primo dos presidentes anteriores e irmão dos mediadores que estão fora de Icatu e do atual presidente. Mantém um banco de dados com informações de todos os habitantes de Icatu - são registros de afiliação por casamento, prole, data de nascimento, cor, escolaridade e etc., que começou a organizar em 2005. Está escrevendo um livro sobre a comunidade, em que apresenta dados sobre as origens e seu histórico de constituição, ainda está à procura de meios para publicá-lo. Defende um incentivo às iniciativas culturais, que estimulem a manutenção dos elementos que afirma serem constituintes da identidade quilombola. O mandato de Inácio foi o mais longo por motivos que serão expostos mais adiante.

• **2009-2011 Manuel** (Figura 1, n.5): O único que não possuía relações de consanguinidade com os demais ex-presidentes. Tem cerca de 50 anos, é casado e mora com quatro filhos. Ele e os irmãos tiveram a oportunidade de estudar em Mocajuba, onde a família tinha uma casa comprada para tal finalidade, mas não prosseguiram os estudos e retornaram a Icatu onde constituíram suas famílias. Adquire a maior parte da renda com as atividades agrícolas, que é complementada com outros benefícios sociais.

• **2011-atual Francisco** (Figura 1, n.6): Irmão do Inácio. Chegou a ir a Belém para dar continuidade aos estudos na década de 80, mas interrompeu antes de concluir o ensino fundamental, voltou a Icatu e constituiu família. Defende o investimento na economia agrícola e a diversificação da produção, ele mesmo se dedica à atividade agrícola, na qual participam os dois filhos pequenos, a esposa, uma sobrinha e o irmão. Nas últimas eleições se candidatou à prefeitura do município pelo Partido Popular Socialista (PPS), mas não obteve êxito.

• **Josefa** (Figura 1, n. 9): Irmã de Manuel e Isabel. Tem em torno de 52 anos, é solteira e ainda mora com os filhos mais novos, com os quais mantém uma roça em sua propriedade, de onde tira boa parte de sua renda. Reconhecida pelo seu entusiasmo, participa ativamente das reuniões promovidas por instituições vinculadas à produção familiar rural e dos encontros das comunidades negras da região. É eloquente e acompanha as iniciativas da Associação *correndo atrás* de oportunidades para a sua *comunidade*.

Além destes mediadores locais, destaca-se também a agente de saúde da comunidade, a Sra. Isabel, que à época da gestão de Olegário era a vice-presidente. Trata-se de uma importante intermediária entre os moradores e o município. Exerce esta função há aproximadamente vinte anos. É responsável por encaminhar as pessoas às consultas e exames médicos, e também por atualizar o cadastro das famílias em programas de transferência direta de renda. Tem função ativa nas atividades da Igreja, é a Coordenadora da Pastoral da Criança, do Círculo Bíblico e do recolhimento do dízimo. Também é responsável pela realização dos cultos, nos quais, segundo alguns informantes, não poupa referências sobre a *comunidade* e os indivíduos em particular.

Os mediadores de certo modo *independentes* da presidência e que estão *dentro* da comunidade, destacam-se por estudarem meios de execução dos ideais de *melhoria* econômica e pela fala articulada, ainda que suas propostas não ecoem entre os demais. Tais líderes se comportam como mediadores no sentido da dotação diferencial de saberes, e porque participam efetivamente dos espaços deliberativos fora da comunidade.

Os mediadores que estão *fora* possuem capacidades diferentes, como as de compatibilizar os *projetos* da Associação aos formatos requeridos pelas instituições financiadoras, além de informarem quanto à elaboração de relatórios, serviços contábeis, editais abertos e outros.

Abaixo, apresentamos um quadro resumido dos principais *projetos* e a rede de articulações da qual resultam:

Quadro 1 – Projetos, instituições e mediadores

PROJETO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO	MEDIADOR fora da comunidade
BARCO DA COMUNIDADE	PREFEITURA	1992-1996	
COCO	FNO/SINDICATO	1992-1996	JONAS
PIMENTA DO REINO	FNO/SINDICATO	1996-1998	JONAS
OLARIA	CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM/ PREFEITURA DE MOCAJUBA	1997-1998	ODILON
OLARIA	CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM/ PREFEITURA DE MOCAJUBA	1999-2002	ODILON
TÍTULAÇÃO COLETIVA	PROGRAMA RAÍZES/ GOVERNO DO ESTADO	2002-2008	ODILON
GRUPO FOLCLÓRICO	CURRO VELHO	2002-2008	JONAS
CURSO DE PLANTAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE MANDIOCA	SINDICATO	2002	JONAS
MARACUJÁ	AMAFRUTA/BB/SINDICATO	2004	JONAS
CURSOS MTE	MTE	2004-2007	ODILON
MORADIA ¹²	COHAB	2007-2012	ODILON
MORADIA	COHAB	2009-2012	ODILON
SEIXO ¹³	M JURACI RODRIGUES ME/ PREFEITURA	2009-2014	
CURSOS ELETRONORTE/UFRA	ELETRONORTE/UFRA/SINDICATO	2009-2011	JONAS
DENDÊ	BIOVALE	2012	
PISCICULTURA	PREFEITURA	2012- atual	
2ª ETAPA DA MORADIA	FÓRUM DE MORADIA/ CAIXA ECONÔMICA	2012- atual	JONAS
MUSEU	IPHAN	2012- atual	ODILON
ESCOLA INTEGRAL	SEDUC	2012- atual	ODILON
QUADRA DE ESPORTES	SEDUC	2012- atual	ODILON/JONAS
COOPERATIVA DE MULHERES	SINDICATO	2012- atual	

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

12 Em 2007 foi dada entrada no pedido para a construção do conjunto habitacional para a comunidade, benefício recebido graças ao mediador em Belém, que em 2003 exerceu uma coordenação de quatro meses na SEPPIR, a instituição que na época criou o programa “Brasil Quilombola”. Dentre outras assistências, este previa a construção de casas de alvenaria para estas comunidades - as primeiras casas conseguidas para uma comunidade quilombola no Pará, segundo a publicação circulada na página do governo do estado naquela ocasião. Em Icatu o ator em evidência acabou sendo a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) que intermediou o processo.

Na maioria dos casos, a responsabilidade pela articulação das ações dentro da comunidade era da Associação, e conforme se pode notar não existe direcionamento a um objetivo específico, o que indica que a necessidade primordial é a de alcançar *melhoria* mesmo que isso signifique aumentar a produção de farinha pelo aprendizado de novas técnicas ou implantar o monocultivo de dendê. O início da *movimentação* de Icatu foi marcado por pequenas aquisições que, aliás, caracterizavam os pleitos que precedem a organização formal. Com a oportunidade de acesso ao crédito, a possibilidade de garantia de renda começou a se materializar, até que o projeto pensado pela Associação, o da olaria, conseguiu ser executado, ainda que não tenha atingido o objetivo previsto¹⁴.

O primeiro presidente providenciou um barco para a comunidade, que deveria atender às necessidades de transporte da madeira beneficiada na serraria que também planejou desenvolver, mas, que não durou muito tempo. Segundo alguns entrevistados, a madeira extraída era da propriedade da família de Climério e a serraria era aberta a todos que quisessem usá-la, mas devido a pouca oferta de matéria-prima teve que ser fechada. Além do barco e da serraria, iniciou os procedimentos de acesso ao financiamento agrícola, assessorado principalmente pelo primo Manoel Raimundo. O presidente seguinte deu prosseguimento aos procedimentos de financiamento agrícola, agora com o plantio da pimenta, que era o pleito das comunidades do município de um modo geral.

Nenhuma das culturas continua vigorando, assim como o cultivo do maracujá que seria vendido para a empresa AMAFRUTA¹⁵. No caso da pimenta, a iniciativa não teve êxito devido a uma doença que inviabilizou a produção em muitas propriedades; somente poucos produtores ainda a cultivam. O curso de produção de farinha, que é o principal beneficiamento feito na comunidade, também teve ampla aceitação, tendo sido bastante difundido pelos moradores que continuam reproduzindo as técnicas aprendidas.

13 No início de 2009 foi fechado um acordo de exploração de seixo, por 6 anos, por uma quantia de R\$ 3.000. Esta é uma fase áspera da história de Icatu, pouco comentada. A comunidade precisava de dinheiro para comprar um motor novo para o barco. Os empresários e irmãos Juraci e Waldeci Rodrigues se interessaram em alugar a área. Pelo contrato a comunidade deveria receber 30% do que era extraído, mas, de fato, só obtiveram – e com muita dificuldade – uma quantidade bem inferior. Boa parte do seixo era vendida pelos empresários para a própria prefeitura e a outra foi doada pela comunidade para a construção das casas da vila. Não foram poucas as vezes que os empresários impediram a entrada dos moradores. O acordo era para que se extraíssem apenas as pedras maiores para garantir a renovação natural do estoque, mas nem isso foi respeitado e a exploração era e ainda é indiscriminada. De início, a Sra. Josefa, irmã do presidente da Associação, começou a denunciar os abusos cometidos pelos empresários, mas como nem sempre tinha o apoio da comunidade, recuava mediante as ameaças destes. A Malungo/Pará requereu à Promotoria Estadual de Mocajuba a rescisão do contrato, com base no ilegal arrendamento de terras quilombolas.

14 A Associação havia conseguido aprovar o projeto em uma ementa encabeçada pelo deputado Luiz Afonso Sefer. A ementa não definia o destino dos recursos que somavam R\$ 24.000, e a presidência optou pela construção da olaria, mas o dinheiro acabou antes que conseguissem construir os fornos. O projeto mantinha uma parceria com a prefeitura e, segundo Manuel, a presidência da Associação tinha acesso ao dinheiro, mas mesmo assim não tinham o controle total das transações ou não sabiam como proceder, pois o aluguel de caminhões e compra de material custavam os valores inflacionados de empresas parceiras da prefeitura. Manuel informa que a situação foi tão grave que envolveu o Ministério Público, já que o então prefeito, Amadeu Coelho Braga, apresentara irregularidades na prestação de contas. Em 2007, este prefeito foi condenado pelo Ministério Público Federal ao pagamento de R\$ 40.000 por ter deixado de prestar contas de um convênio entre o município e o Ministério dos Transportes.

15 Empresa beneficiadora de frutos, administrada pela Central Única dos Trabalhadores e FETAGRI/PA, com subsídios e financiamento do Governo do Estado e do Banco da Amazônia, respectivamente. Decretou falência.

No entanto, os cursos de produção de biscoitos, manipulação de ervas medicinais e produção de mudas não possuem muitos continuadores. O curso de horta comunitária financiado pela ELETRONORTE também não teve continuidade e outros *projetos* com esta empresa ainda são esperados¹⁶. As lideranças femininas defendem com vigor a utilização das informações obtidas nestes cursos. Maria José é a única que mantém a produção de mudas, e a sua irmã a única a manipular ervas medicinais para a produção de fitoterápicos. Esta última declara que muitas mulheres não valorizam a atividade por não terem informação a respeito do aproveitamento dos recursos florestais para esta atividade. E planeja introduzir novamente o curso na comunidade e formar multiplicadores deste conhecimento. No momento da pesquisa, buscava uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mocajuba para comprar a produção. A sua irmã, por sua vez, visava à inclusão da comunidade em algum projeto, particularmente voltado ao público feminino de Icatu, para cursos de panificação e de cabeleireiro.

Assim, a estratégia dos mediadores que não são presidentes da Associação é antes de sensibilização e convencimento, em atitudes otimistas e enérgicas que evocam um sentimento comunitário no sentido de alimentar atitudes participativas nos *projetos* que dirigem. Nem as iniciativas na área cultural, encabeçadas pelo professor e nem as direcionadas às mulheres defendidas pela líder têm aceitação suficiente, mas ambos continuam movimentando os recursos disponíveis para a execução de tais programas por acreditarem na importância social e econômica das mesmas.

À diferença destes, o atual presidente tem reunido diversos interessados nos *projetos* que conduz. Apesar de defender uma agricultura diversificada, ele não se opõe à produção de agrocombustíveis. No ano passado a comunidade recebeu a proposta de uma equipe enviada pela Biovale para a implantação do plantio de dendezeiro e ficou fortemente inclinada a aceitá-la¹⁷. Como não foi possível, agora estuda uma iniciativa que está se consolidando em Baião, município vizinho, encabeçada por um missionário holandês: o cultivo de inajá para a produção do biodiesel, já que se coadunaria com os princípios da produção quilombola. Além disso, empreende esforços para a construção de pontos de piscicultura nas propriedades que tiverem condições para tal (em torno de dez), e nesse projeto conta com o apoio da prefeitura. Também está com planos para o cultivo de mudas de cacau e açaí, pois acredita que o mercado local é propício para a venda. Para isto conta com o apoio dos icatuenses, amplamente interessados no projeto.

Mas assim como os demais líderes na comunidade, o presidente conta com diversos canais que viabilizam a execução dos *projetos* e que também os determinam, decidindo sobre as ações dos demais mediadores dentro da comunidade. Como pôde ser observado, na maioria dos casos¹⁸, a responsabilidade pela articulação das ações dentro da comunidade era da Associação, e conforme se pode notar não existe uma opção única, são opções, isto é, são *projetos* que guardam estreita correlação com as interações sociais e com as características das ligações entre as pessoas, assim como com a posição do mediador, dos mediadores, em redes de relações sociais (GOMES *et al.*, 2010).

16 O município de Mocajuba, no qual se situa São José de Icatu, está incluído no Plano de Desenvolvimento a Jusante da Hidrelétrica de Tucuruí, um conjunto de ações negociadas entre as prefeituras e a ELETRONORTE, no contexto do conflito e das transformações socioambientais decorrentes da construção da barragem.

17 A Associação promoveu três reuniões com os moradores e elaborou uma lista aceitando a implantação do projeto. Por se tratar de área quilombola, o projeto foi embargado pelo INCRA.

18 Com exceção das iniciativas que estão sendo organizadas pelo professor e pela mediadora Josefa. Esta organiza a criação de uma cooperativa de mulheres; e o professor pretende criar um museu (com vestígios arqueológicos encontrados na comunidade e outros objetos que contam a sua história) e uma quadra de esportes.

A seguir, apresentamos as esferas de mediação nas quais estão presentes os sujeitos acima descritos na Figura 2.

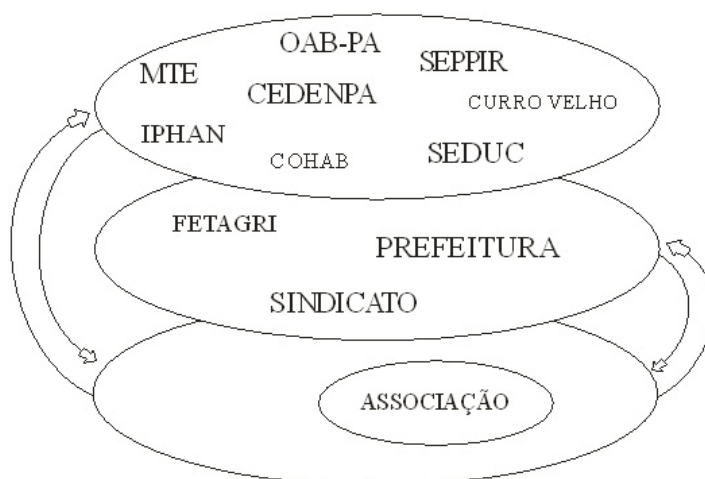


Figura 2: Representação das esferas de mediação política e seus atores

No sistema de mediações políticas de Icatu foram identificadas três esferas de mediação nas quais os recursos são obtidos. A primeira esfera é interna e se dá no âmbito da Associação. A segunda esfera é a municipal, em que está presente o mediador responsável por várias situações verificadas ao longo da história da Associação: os financiamentos agrícolas e outros investimentos, como os cursos de capacitação, que marcam uma atuação fortemente envolvida com o movimento sindical e com a prefeitura. Este mediador se declara uma espécie de “assessor” da comunidade, pois além das funções que pode exercer institucionalmente e que envolvem todas as comunidades abrangidas pela sua função, também auxilia os conterrâneos de outras maneiras. Seu projeto atual é desenvolver o turismo ecológico no município, pois defende que as políticas não agrícolas são alternativas satisfatórias para a geração de renda, chegando inclusive a declarar que a comunidade não tem a mesma visão de quem “vê de fora” e que por isso não valoriza outras potencialidades como esta.

A terceira esfera é estadual, quiçá nacional, cujo agente mais importante é o Sr. Jorge Farias. Este demonstra principalmente uma preocupação política e cultural, traduzida principalmente pela conquista emblemática do reconhecimento étnico e pelos atuais *projetos* em parceria com Domingos Flávio, por meio de instâncias estaduais como o “Programa Raízes”, a coordenação regional da SEPPIR e do IPHAN, a SEDUC e o Curro Velho, além do próprio CEDENPA, do qual foi um dos fundadores. Por meio do seu trabalho, a comunidade se insere em uma dinâmica que envolve instâncias legitimadas na proposição de políticas voltadas para as comunidades quilombolas, como a UNEGRO¹⁹ e a Malungu.²⁰

19 A UNEGRO é uma organização do movimento negro fundada em 14 de julho de 1988, na cidade de Salvador/Ba e tem por objetivo o combate ao racismo e à discriminação e opressão social e luta em defesa da vida, cidadania e igualdade de oportunidades para a maioria da população brasileira. A UNEGRO está organizada em 24 Estados da Federação, com sede em São Paulo.

20 Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. Foi criada em Santarém em novembro de 1999, e em 2002 realizou a sua primeira assembleia geral no Município de Baião. Em março de 2004, foi oficialmente criada com a aprovação de seu estatuto. Seus objetivos são: promover a articulação entre as associações e as comunidades quilombolas no Pará e apresentar e defender as suas reivindicações diante das autoridades municipais, estaduais e federais.

Reconhecido pela trajetória exemplar, de quem enfrentou muitos obstáculos para desfrutar atualmente de semelhante posição, o Sr. Jorge Farias sempre é chamado para discursar nos eventos da comunidade, principalmente sobre a “dívida do Estado com as comunidades negras do país”, pois “eles gostam de ouvir sobre isso”, se expressa. Ainda segundo o advogado, a agricultura deve ser modernizada e diversificada a partir de orientações técnicas, e o poder público deve se fazer presente. Caberia ao poder público também investir em uma política mais forte para orientar os jovens a seguir a atividade agropastoril, porque segundo ele, possuem matéria prima para tal. Deste modo, se explicam as iniciativas de levar os cursos sobre primeiro emprego, empreendedorismo e acesso ao crédito, oferecidos por uma equipe do Ministério do Trabalho e Emprego no período em que foi delegado.

Conforme se pode notar, os *projetos* pensados pelos atuais mediadores repercutiriam fortemente no modo de vida de Icatu. Segundo Neves, “eles (os mediadores) pressupõem que toda mudança social se viabiliza por um trabalho educativo. É por isto que tendem a atribuir para si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. Deste modo, tentam impor a sua visão de mundo e a das instituições que representam” (ROS apud NEVES 2008, p. 107). Agindo desta forma os mediadores estimulam o distanciamento do modo de vida dos demais, e seus discursos contém elementos que já se encontram nas falas daqueles, ainda que não de maneira única ou homogênea, uma vez que na maior parte dos casos, a *comunidade* não se trata de um grupo corporado, mas de um grupo com uma pluralidade de visões e interesses.

Ultimamente, a gestão atual delinea duas iniciativas mais autônomas e que envolvem interesses de muitos moradores, é o caso dos *projetos* de piscicultura e plantação de açaí e cacau. O presidente atual fez um levantamento das áreas com potencial para uma produção mais intensiva destas espécies vegetais e das áreas com possibilidade de receber um projeto de piscicultura, e tenta apoio da prefeitura para a execução dos mesmos, um exemplo claro de manutenção dos mesmos vínculos tradicionais que garantiram o barco da comunidade e outros serviços. Essa parece ser a lógica de articulação social e do relacionamento com “o poder” historicamente constituído, em que o contra-dom é o apoio político, o voto.

Considerações finais

Algumas considerações se delineiam a guisa de conclusão. Os dois tipos de mediação aqui identificados - dentro e fora da comunidade - se distinguem pelas estratégias de ação e recursos que podem movimentar nas respectivas esferas de atuação, e que são condicionadas pelas trajetórias diferenciadas, pela situação socioeconômica e pelo lugar que os agentes ocupam nas redes de relações sociais.

A responsabilidade pela articulação das ações dentro da comunidade e na articulação com o poder local é da Associação. Desta perspectiva, o seu presidente é o mediador por excelência e a mediação parece basear-se numa lógica historicamente constituída, na qual a reciprocidade é mantida pelo apoio político.

A mediação em níveis supralocais, que se vincula ao leque de possibilidades de acesso às políticas públicas cabe aos mediadores que vivem fora da comunidade e assumem na prática a sua representação. A rede se constitui de um número significativo de atores dos quais é possível canalizar recursos sociais, simbólicos, políticos e materiais.

A capacidade de agir nas esferas políticas local, municipal e estadual é alcançada pela presença de mediadores nos três níveis, uma configuração que permite a complementação de habilidades e a capacidade de agência da comunidade.

Por fim, a análise realizada em São José do Icatu pode iluminar a interpretação e as avaliações sobre os chamados programas de desenvolvimento rural, cujas avaliações em geral priorizam as ações e resultados concretos, pouca atenção sendo detida às relações sociais que suportam tanto a entrada do projeto na comunidade como a sua execução. Por outro lado, corrobora com os estudos que vem chamando atenção para as relações estruturantes das sociedades rurais fundadas nas relações de parentesco. Em Icatu há determinações social e étnica que estão na origem da constituição dos mediadores e de suas agências, cujo entendimento é fundamental para a compreensão da relação desta sociedade com as políticas públicas, em âmbito supralocal.

Referências bibliográficas

ARIMA, Eugênio. Caracterização dos produtores familiares rurais beneficiários do FNO-Especial. In Tura, L. R e Costa, A F. **Campesinato e Estado na Amazônia – impactos do FNO no Pará**. Brasília: Fase Programa Pará, 2000.

BAKO-ARIFARI, Nassirou. Dans les interstices de l'État: des courtiers en col blanc. Cadres ressortissants et développement local à Kandi (Nord-Bénin). In: BIERSCHEK, T.; CHAUVEAU, J.; SARDAN, J. (Org.). **Courtiers en développement**. Les villages africains en quête de projets. Paris: Éditions Karthala; Mayence, APAD, 2000.

BIERSCHENK, Thomas; CHAUVEAU, Jean-Pierre; OLIVIER de SARDAN, Jean-Pierre. Introduction: Les courtiers entre développement et État. In: BIERSCHEK, T.; CHAUVEAU, J.; OLIVIER de SARDAN, J. (Org.). **Courtiers en développement**. Les villages africains en quête de projets. Paris: Éditions Karthala ET APAD, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

DEPONTI, C.; ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação social nos *projetos* de desenvolvimento: uma reflexão teórica. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

GOMES, A. C.; MANESCHY, M. C.; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FERREIRA, J. M. C. **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização**: conceitos e abordagens. In: GOMES, A. C.; MANESCHY, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; FERREIRA, J. M. C. (Org.). **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização**. 1ed. Belém: NUMA/UFPA, 2010.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Associações Camponesas: reflexões sobre organização social e participação política. In: Hebette, J; Magalhães, S.B.; Maneschy, C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002 a.

_____. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: Hebette, J.; Magalhães, S.B.; Maneschy, C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002 b.

MARIN, R. A.; CASTRO, E. R. Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínios de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

NEVES, Delma Pessanha. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. **Ciências Sociais Hoje**, Sao Paulo, p. 143-177, 1987.

_____. Mediações sociais e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008.

ROS, Carlos Cowan. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SARDAN, J. O. **Anthropologie et développement** - essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Karthala, 1995.

SARDAN, J.O. de; BIERSCHENK, T. « Les courtiers locaux du développement », **Bulletin de l'APAD** [En ligne], 5 | 1993. Disponível em: <http://apad.revues.org/3233>. Acesso em: 10 set 2015.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.